

CENTRO UNIVERSITÁRIO PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES – UNIPTAN

CURSO DE NUTRIÇÃO

**ROCHELLE SILVA MUFFATO
RAFAELA SHIRLEY SALES CARVALHO**

**A INFLUÊNCIA PARENTAL, SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL NA OBESIDADE
INFANTIL**

SÃO JOÃO DEL-REI, NOVEMBRO 2022

**ROCHELLE SILVA MUFFATO
RAFAELA SHIRLEY SALES CARVALHO**

**A INFLUÊNCIA PARENTAL, SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL NA
OBESIDADE INFANTIL**

Trabalho de Conclusão do Curso,
apresentado ao Curso de Nutrição do
Centro Universitário Presidente
Tancredo de Almeida Neves.

Orientador: Prof.

SÃO JOÃO DEL-REI, 2022

**ROCHELLE SILVA MUFFATO
RAFAELA SHIRLEY SALES CARVALHO**

**A INFLUÊNCIA PARENTAL, SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL NA
OBESIDADE INFANTIL**

Trabalho de Conclusão do Curso, apresentado
ao Curso de Nutrição do Centro Universitário
Presidente Tancredo de Almeida Neves.

São João del-Rei, 18 de novembro de 2022

BANCA EXAMINADORA

Prof. Nome – Título - Instituição - Orientador

Prof. Nome – Título - Instituição

Prof. Nome – Título - Instituição

Dedicamos esse trabalho primeiramente à Deus, por ter nos concedido saúde, força e disposição para concluirmos a o curso, sem Deus, nada disso seria possível. Também somos gratas ao senhor por ter dado saúde aos nossos familiares e tranquilizado o nosso espírito nos momentos mais difíceis da nossa trajetória acadêmica, até então.

Gratidão pelos nossos pais, Elis Regina Silva, Maria Cristina Sales Carvalho e Rômulo Miguel de Carvalho, pela presença e amor incondicional na nossa vida sempre. Esta monografia é a prova de que os esforços deles pela nossa educação não foram em vão.

AGRADECIMENTOS

Prestamos os nossos sinceros agradecimentos ao nosso professor e mestre Douglas Roberto Guimarães Silva por toda a paciência em ter nos orientado durante este último ano do nosso curso de graduação. Tê-lo como o orientador do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi uma honra. Somos gratos pelos ensinamentos, compartilhamento e trocas. Elas foram fundamentais para o resultado desse projeto. O senhor estará sempre em nossos corações e será levado para sempre em nossa trajetória.

A INFLUÊNCIA PARENTAL, SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL NA OBESIDADE INFANTIL

MUFFATO, Rochelle Silva¹
CARVALHO, Rafaela Shirley Sales²

Resumo

Uma das principais doenças relacionadas a infância e compreendida como problema de saúde pública brasileira se trata da obesidade. As últimas décadas tem sido desafiadoras para o Brasil no que diz respeito a promoção de campanhas voltadas a transição nutricional de crianças. Diante disso, o presente estudo teve como objetivo analisar como os aspectos socioeconômicos e relações familiares impactam a obesidade e o sobrepeso infantil. O método utilizado foi a revisão bibliográfica sistemática, com uma amostra de sete artigos coletados na base de dados da plataforma *Scielo* e *Google Scholar* no período dos últimos 5 anos. Foram avaliados os fatores moradia, renda, nível de escolaridade, comportamento de consumo e relações familiares. Os resultados demonstram que o nível de escolaridade dos pais, o comportamento de consumo refletido dos filhos para com os pais e as relações familiares disfuncionais são altamente influentes para desenvolvimento da obesidade infantil. Sobre os fatores socioeconômicos, a disponibilidade para aquisição de alimentos rápidos, fáceis e palatáveis influenciam significativamente. A falta de instrução e de senso crítico nutricional, muitos destes devido ao nível de escolaridade parental também incidem influência no desequilíbrio nutricional de crianças.

Palavras-chave: Aspectos socioeconômicos. Relações familiares. Obesidade infantil. Sobrepeso.

ABSTRACT

One of the main diseases related to childhood and understood as a public health problem in Brazil is obesity. The last few decades have been challenging for Brazil with regard to the promotion of campaigns aimed at the nutritional transition of children. Therefore, the present study aimed to analyze how socioeconomic aspects and family relationships impact childhood obesity and overweight. The method used was a systematic literature review, with a sample of seven articles collected from the *Scielo* and *Google Scholar* platform databases over the last 5 years. Housing, income, education level, consumer behavior and family relationships were evaluated. The results demonstrate that the parents' education level, the reflected consumption behavior of the children towards their parents and dysfunctional family relationships are highly influential for the development of childhood obesity. On socioeconomic factors, the availability to purchase fast, easy and palatable foods significantly influence. The lack of instruction and critical nutritional sense, many of these due to the level of parental education, also influence the nutritional imbalance of children.

Keywords: Socioeconomic aspects. Family relationships. Child obesity. Overweight.

¹ Acadêmica do Curso de Nutrição pelo Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves (UNIPTAN).

² Acadêmica do Curso de Nutrição pelo Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves (UNIPTAN).

1 INTRODUÇÃO

Uma das principais doenças relacionadas a infância e compreendida como problema de saúde pública brasileira se trata da obesidade. Estudos direcionados a compreensão, prevenção, planejamento e estratégias voltadas a minimização dos efeitos nocivos provenientes da má alimentação são disparados continuamente pela comunidade científica visando aperfeiçoar os conhecimentos e, sobretudo, promover ações socioeducativas para conscientização da gravidade da doença (LIRA; SOUZA; CINTRA, 2020).

As últimas décadas tem sido desafiadoras para o Brasil, no que diz respeito a promoção de campanhas voltadas a transição nutricional de crianças. Apesar de por um lado, a desnutrição estar sendo minimizada, em contrapartida a prevalência do sobrepeso e da obesidade se tornam evidentes (RODEIRO et al., 2022). O sobrepeso é compreendido como o excesso de massa corporal gorda, consequência de aspectos relacionados ao ambiente, ao comportamento, a fisiologia, a socioeconomia, etc. A obesidade por sua vez, trata-se do acúmulo excessivo de massa corporal no tecido adiposo do indivíduo, o que oferece gravidade nítida para a saúde humana (CASTRO et al., 2021).

De modo geral, a obesidade é considerada como um problema de saúde pública em todo o mundo, devido aos inúmeros problemas de saúde que pode ocasionar. A obesidade interfere em vários âmbitos, sendo eles: individual, comprometendo a qualidade de vida da pessoa; social, com os gastos do orçamento público com tratamento de doenças associadas como a diabete, hipertensão, asma, artrite, distúrbios, doenças do coração, dentre outras; e política, exigindo maior intervenção estatal em campanhas preventivas, entre outras inúmeras consequências (COSTA et al., 2017).

Além de todos os problemas de ordem física, a obesidade infantil pode contribuir com o desenvolvimento de doenças psicopatológicas e disfunções psicossociais. Uma das principais é a baixa autoestima que repercute diretamente na exclusão social, introspecção, insegurança, ansiedades, entre outros. Sem falar do *bullying* que é praticado com as crianças obesas, o que agrava ainda mais o quadro clínico dela, e dificulta a estratégia de abordagem por parte das equipes profissionais e o tratamento (SOUZA; ANDRADE, 2022).

A Estratégia de Prevenção e Atenção à Obesidade Infantil (PROTEJA) publicada no ano de 2022 pelo Ministério da Saúde, com objetivo de “[...] deter o avanço da obesidade infantil e contribuir para a melhoria da saúde e da nutrição das crianças brasileiras.” (BRASIL, 2021, p.4), contempla ações que podem ser implementadas à nível municipal, aliadas ao Sistema Único de Saúde (SUS), gestores municipais e demais entidades

competentes, deliberadamente atendendo às necessidades populacionais quanto a recepção da informação adequada e formação educacional no âmbito da alimentação infantil.

Dados do relatório do Sistema Nacional de Vigilância Alimentar e Nutricional de 2022, demonstram que mais de 340 mil crianças com idade entre 5 e 10 anos são atendidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) na Atenção Primária. Dados do ano de 2021 apontam que 356 mil crianças foram diagnosticadas como obesas, tendo como fatores principais as condições genéticas, o comportamento de consumo e o ambiente em que está inserido (BRASIL, 2022).

Neste contexto, o estilo de vida familiar e os fatores socioeconômicos, relacionados à renda, residência, cultura, organização do instituto familiar, acesso aos alimentos, etc., demonstram grande influência sob a escolha nutricional e o comportamento de consumo das crianças, o que pode incidir em sobrepeso e obesidade (GODINHO et al., 2019). Isso porque, os pais são responsáveis pela primeira e máxima influência das crianças, podendo assim contribuir significativamente nos reflexos nutricionais dos filhos (RODEIRO et al., 2022).

A partir disso, o presente estudo teve objetivo de analisar bibliografias que referenciem a obesidade e o sobrepeso infantil em relação aos aspectos socioeconômicos e relações familiares. A relevância da pesquisa, pauta-se na importância de estudos que promovam a discussão e análise dos fatores associados que possuam relação com a obesidade infantil.

Estando estruturado em quatro capítulos principais, sendo o primeiro a introdução. O segundo capítulo dedica-se a delimitar os métodos utilizados na pesquisa tanto quanto a natureza quanto a coleta e análise dos dados. Seguido pelo terceiro capítulo onde se apresentam os resultados do estudo e as considerações finais.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo de revisão sistemática de literatura, com base em estudos bibliográficos sobre o sobrepeso e a obesidade infantil relacionados aos aspectos socioeconômicos predominantes e relações familiares. Quanto à natureza, delimita-se como um estudo exploratório e abordagem qualitativa.

Foram selecionados um total de sete artigos (n=7) publicados nas bases de dados *Scielo* e *Google Scholar* por meio dos descritores “sobrepeso”, “obesidade infantil” e “aspectos socioeconômicos” e que atenderam os critérios de inclusão: livre acesso, em língua portuguesa ou inglesa, com ambos os sexos, idade entre 1 a 10 anos, constituídos por algum

dos termos “moradia”, “renda”, “nível de escolaridade”, “consumo” e “relações familiares”, publicados nos últimos 5 anos.

Os estudos foram submetidos a leitura prévia na íntegra. Posteriormente, foram tabulados no *software Microsoft Office Excel* e apresentados em formato de quadro, constituído por ano, autoria, título, objetivo geral e método.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A incidência de sobrepeso e obesidade em crianças e adolescentes é um problema de saúde pública, necessitando de intervenção profissional e suporte parental para que ocorra reversão dos quadros clínicos. Isso porque, tanto o sobrepeso quanto a obesidade afetam a qualidade de vida do indivíduo em suas várias dimensões (social, cultural, econômica, fisiológica, etc.) (CRUZ et al., 2019).

Pessoas com altos níveis de gordura no sangue são mais propensas ao desenvolvimento de outras doenças associadas, tais como a diabetes, hipertensão, apneia do sono, alguns distúrbios que podem contribuir com a ocorrência de infarto do miocárdio, acidente vascular e até mesmo cânceres (SILVA et al., 2021).

Não obstante, a obesidade contribui com o desenvolvimento de psicopatologias como a ansiedade, a depressão, transtorno bipolar, sintomas de crise existencial, etc. Diretamente relacionados com o desenvolvimento de sentimentos negativos, como a insegurança, o medo da rejeição, estados de desânimo, desmotivação, despersonalização e mudanças bruscas de humor (MENDES; BASTOS; MORAES, 2019).

Segundo Souza et al. (2021) estima-se que em 8 anos o Brasil atingirá a 5ª posição no *ranking* mundial de países com maior índice de crianças e adolescentes com quadro clínico para obesidade, o que assevera ainda mais a iniciativa pública na promoção de campanhas de conscientização, prevenção e tratamento da obesidade.

Isso porque, conforme o estudo desenvolvido pelos autores, 14,3% das crianças brasileiras com idade até 4 anos já apresentam sobrepeso e outras 6,5% já são diagnosticadas como obesas. As mais velhas também são atingidas. Conforme os autores, crianças com idade entre 5 até 9 anos de idade apresentam sobrepeso (29,3%) (SOUZA et al., 2021).

Para corroborar com a constatação de fatores correlacionados com o desenvolvimento da obesidade infantil, na presente pesquisa foram selecionados um total de sete artigos relacionados ao sobrepeso e obesidade infantil mediante os aspectos socioeconômicos e relacionais intrafamiliares que podem influenciar tais diagnósticos, conforme apresentado no

quadro 01 a seguir.

Quadro 01 – Literaturas selecionadas para a pesquisa

Ano	Autor	Título	Objetivo Geral	Método
2018	Barbosa, Pinto e Meireles.	Percepção de cuidadores de crianças obesas acerca da obesidade infantil.	Conhecer a percepção de cuidadores de crianças obesas acerca da obesidade infantil.	Entrevista aberta, de abordagem qualitativa.
2018	Eskenazi et al.	Fatores socioeconômicos associados à obesidade infantil em escolares do município de Carapicuíba (SP, Brasil).	Avaliar a relação entre fatores socioeconômicos e o excesso de peso em escolares da rede pública do município de Carapicuíba (SP, Brasil)	Estudo de caso, com dados socioeconômicos, exame físico e cálculo do IMC.
2019	Mendes, Bastos e Moraes.	Características psicológicas e relações familiares na obesidade infantil: uma revisão sistemática.	Realizar uma revisão sistemática sobre sintomas de depressão, ansiedade e relações familiares de crianças obesas.	Pesquisa bibliográfica.
2019	Cruz et al.	Obesidade Infantil e a influência dos fatores alimentares e sociodemográficos na infância: uma revisão bibliográfica.	Abordar a prevalência e o impacto de sobrepeso e obesidade em escolares de ambos os sexos através de uma revisão bibliográfica.	Revisão bibliográfica.
2019	Godinho et al.	Principais fatores relacionados ao sobrepeso e obesidade infantil.	Verificar os principais fatores relacionados ao desenvolvimento do sobrepeso e obesidade infantil.	Revisão integrativa bibliográfica.
2020	Faria, Coutinho e Kandler.	Obesidade infantil no âmbito da atenção primária.	Contextualizar o papel da saúde pública na identificação, prevenção e controle da obesidade infantil	Revisão Bibliográfica.

			no âmbito da atenção primária.	
2022	Rodeiro et al.	A gravidade da obesidade na infância e o papel dos pais na influência nutricional dos seus filhos.	Compreender a obesidade infantil e a influência que os pais podem ter sobre essa comorbidade.	Revisão Bibliográfica.

Fonte: As autoras (2022).

Os estudiosos Barbosa, Pinto e Meireles (2018) realizaram uma apreciação da percepção de mães em relação a obesidade dos filhos, por meio de entrevista. As entrevistadas foram oito mulheres com idade entre 20 e 26 anos, nível de escolaridade Ensino Médio Incompleto e Ensino Fundamental Completo, que frequentavam programas de obesidade infantil na Unidade Básica de Saúde (UBS), em Fortaleza.

As mães, apesar de reconhecerem a obesidade dos filhos não consideraram o fato como algo nitidamente problemático, justificando em suas falas que a ideia do “corpo magro” está muito mais relacionada com um padrão social, do que propriamente as implicações na saúde que a obesidade proporciona. Demonstraram-se aquém das reais consequências que a obesidade já estava trazendo para seus filhos, manifestando nítido desconhecimento sobre os riscos ambientais e sociais implícitos (BARBOSA; PINTO; MEIRELES, 2018).

Fato que remete nítida discrepância na concepção das mães, visto que o sobrepeso e a obesidade infantil repercutem diretamente na saúde da criança, comprometendo inclusive seu desenvolvimento enquanto adulto, tanto no âmbito fisiológico quanto nas relações sociais. A obesidade está associada diretamente com o estilo de vida vivenciado pelas pessoas, como o próprio estudo aponta. As mães não conseguem atender seus filhos com prontidão devido a sobrecarga de tarefas exercidas, dificuldade em enfrentar o quadro clínico, desafios na organização do núcleo familiar, desligamento da ideia de bem-estar, irresponsabilidade coletiva, associação do peso ideal com estereótipo da magreza, entre outros (BARBOSA; PINTO; MEIRELES, 2018).

A participação dos familiares no tratamento e acompanhamento da obesidade é fundamental para que a intervenção profissional ocorra. Mudanças de hábitos são necessárias. Conscientização sobre as consequências da obesidade devem ser propagadas, visando, ao mesmo tempo promover a sensibilização com o quadro clínico e o incentivo pela busca de alternativas que minimizem os efeitos negativos. No entanto, para que isso ocorra é necessário

informar os pais sobre a realidade vivenciada (BARBOSA; PINTO; MEIRELES, 2018).

Mais especificamente, voltado aos fatores socioeconômicos, Eskenazi et al. (2018) realizou um estudo com 355 discentes da rede pública do município de Carapicuíba-SP. Os estudiosos constataram que o nível de obesidade das crianças teve direta relação com o nível de escolaridade dos pais, sendo predominante o ensino fundamental completo, bem como relacionado ao número de cômodos disponíveis na moradia da família. Alunos com mães com nível de escolaridade menor apresentaram IMC maior. Os aspectos renda e número de pessoas residentes no domicílio não demonstraram representatividade na condição clínica de obesidade.

Como justificativa para estes indicadores, os estudiosos divagam relação com alguns indícios: o maior poder aquisitivo das famílias de menor renda, tornando permissível o acesso a alimentos industrializados sob influência da publicidade errônea sobre alimentos; o nível de escolaridade materna o que leva as mães a buscarem trabalhos fora de casa e menor atenção aos hábitos alimentares; a melhora na condição de moradia, em que os números de cômodos nas residências se apresentou maior, podendo repercutir em acesso a consumo de conteúdo midiático e a diminuição da prática de atividade física (ESKENAZI et al., 2018).

Mendes, Bastos e Moraes (2019) analisaram 49 estudos acerca das influências sob a obesidade infantil. Os autores constataram que os contextos familiares, escolares e sociais são facilitadores para o desenvolvimento da obesidade. Sendo as relações familiares as principais influentes, visto que os pais muitas vezes negligenciam suas atitudes defronte a adesão a hábitos saudáveis. Ressaltam que a “gratificação” por meio do alimento pode influenciar a criança a atuar por meio da recompensa, desconectando-se com o princípio básico da alimentação que é a nutrição.

Outro ponto destacado pelos estudiosos se refere a lealdade familiar, o que significa que muitas vezes as crianças reproduzem o comportamento dos pais, desde o consumo excessivo de alimentos como o consumo de alimentos saturados. Assim sendo, consideram que a presença de obesidade infantil pode ser justificada pela relação familiar disfuncional, principalmente no âmbito nutricional, onde carecem as iniciativas da alimentação saudável, a ausência de tempo para preparo de alimentos nutritivos e até mesmo a desconsideração com a relevância de uma vida saudável (MENDES; BASTOS; MORAES, 2019).

Em 2019, Cruz et al. (2019) analisaram 31 estudos bibliográficos publicados durante o período de 2005 a 2019 abrangendo a obesidade infantil e a influência de fatores socioeconômicos, demográficos e culturais que incidam sob a nutrição. Os estudiosos constataram que ocorreu um aumento significativo nos quadros de sobrepeso e obesidade em

crianças durante o período, com alta probabilidade de perdura, nítido potencial percebido para torná-los adultos obesos, com desordens metabólicas e comorbidades.

Destacam o desmame precoce e a introdução alimentar complementar inadequada como atitudes intrafamiliares que podem corroborar com o desequilíbrio nutricional durante os meses iniciais de vida da criança. Coisa que chama a atenção, uma vez que a introdução alimentar saudável é fundamental para que a criança consiga distinguir os alimentos, conhecer suas propriedades, além de claro, contribuir com o funcionamento do organismo de forma em que o processo metabólico consiga extrair o máximo de nutrientes possíveis, fortificando os ossos e desenvolvendo massa magra, fundamentais para a realização de movimentos de coordenação motora (CRUZ et al., 2019).

Ainda, justificam o acesso a alimentos com alto teor calórico e de baixo valor nutricional, oriundo do estilo de vida familiar mais acomodado e com emprego das tecnologias para entretenimento. Também ressaltam a redução na prática de exercícios físicos, que foram substituídos pelo tempo destinado a assistir programas televisivos, jogar vídeo game, usar tablets, celulares e computadores (CRUZ et al., 2019).

Sobre o consumo excessivo de conteúdo publicitário, os autores destacam que a mídia ressoa grande influência para as crianças no comportamento de consumo alimentar com alto teor de gordura, óleos, açúcares e sal. Em relação aos aspectos econômicos, constata-se que a população menos favorecida é a mais prejudicada pelo excesso de peso, provavelmente associado a falta de instrução alimentar, atividades físicas mal instruídas ou pouco tempo dedicado a elas, como também o consumo excessivo de produtos altamente calóricos e pouco nutritivos que são de menor custo, mais acessíveis e muito palatáveis. Assumem, portanto, que famílias que possuem melhores condições financeiras gozam de mais possibilidades para prática de hábitos alimentares qualitativos e nutritivos (CRUZ et al., 2019).

“Os horários irregulares, ausência de rotinas, acesso a guloseimas acarretam, assim, um desequilíbrio da dieta e fortalecimento do hábito inadequado que pode ter como desfecho a obesidade.” (CRUZ et al., 2019, p.4).

Concomitantemente, Godinho et al. (2019) explica que a alimentação inadequada é um dos principais fatores que incidem sob a obesidade infantil, oriundo, predominantemente do consumo excessivo de alimentos industrializados, processados e ultra processados, desprovidos de balanço calórico proporcional e de baixo gasto energético. Também ressaltam o sedentarismo, inatividade física, como grande influente para a ampliação da população infantil obesa.

O uso de eletrônicos em geral também contribui com a obesidade, fato qual fora

constatado em nove artigos pelos estudiosos. Ressaltam que o acesso facilitado aos eletrônicos coloca os indivíduos numa situação de desmotivação para a prática de atividade física e também para o comportamento de consumo alimentar inadequado, por impulso, em excessos (GODINHO et al., 2019).

No que diz respeito ao fator socioeconômico, Godinho et al. (2019) consideram o poder aquisitivo como o principal motivo. Neste sentido, quanto mais alta a renda e o comodismo no estilo de vida intrafamiliar, maior é a possibilidade do desenvolvimento da obesidade infantil, devido a grande variedade de alimentos e equipamentos para consumo. Coisa qual novamente contribui com o sedentarismo e a alimentação inadequada.

Há de se revelar que, como noutros estudos aqui relatados, os autores consideram o comportamento de consumo alimentar inadequado dos pais como um reflexo no comportamento dos filhos. Apesar de, muitas vezes os pais possuírem conhecimento sobre os benefícios da nutrição adequada nem sempre desfrutam destes hábitos em suas rotinas. O que compromete a qualificação nutricional dos alimentos consumidos (GODINHO et al., 2019).

A percepção materna sobre o corpo da criança de forma distorcida é fator intrafamiliar de significativa influência para a manutenção da condição de sobrepeso e obesidade. Segundo Faria, Coutinho e Kandler (2020), muitas mães consideram o filho obeso com peso adequado, o que se torna altamente preocupante para a saúde da criança. Isso pode ser devido ao próprio hábito de consumo alimentar insalubre da família, da condição obesa dos pais, o número de refeições realizados ao dia, o tipo de alimento selecionado, o tipo de preparo e consumo. Assim, compreender o sobrepeso de forma adequada, identificando o quadro clínico e buscando auxílio profissional é imprescindível para êxito no tratamento.

E, finalmente, Rodeiro et al. (2022), realizando uma revisão sistemática acerca de estudos correlacionados a obesidade infantil e aspectos socioeconômicos, constatou que os fatores ambientais, relativos a influência familiar por meio da disponibilidade financeira para acesso a alimentos industrializados, aos eletrônicos, ao comportamento sedentário e a distorção na percepção das publicidades veiculadas na televisão e *internet* são decisivos no quadro clínico de sobrepeso e obesidade.

O baixo status econômico, falta de ensino superior e pensamento crítico, ou seja, àquelas pessoas que se encontram em situação mais vulnerável e influenciável, também são fatores agravantes para o desenvolvimento da obesidade infantil. Os estudiosos justificam que as famílias em condições socioeconômicas mais limitantes buscam por alternativas mais palatáveis e de fácil acesso, como exemplo os *fast foods*, refletindo em excessos, o que contribui com o desequilíbrio nutricional (RODEIRO et al., 2022).

Ainda, revelam que pela falta de acesso ao ensino superior e a alta vulnerabilidade a influência, muitas famílias comportam-se de forma acentuada no consumo de alimentos industrializados. Buscam recursos mais fáceis, devido a falta de tempo e/ou necessidade de suprir desejos despertados pelas publicidades errôneas, comprometendo a qualificação do processo nutricional (RODEIRO et al., 2022).

Outro ponto de fundamental importância é a situação familiar. Ambientes intrafamiliares disfuncionais, sem afeto, sem comunicação ou compreensão parental, deixam a criança em situação de vulnerabilidade. Sob um olhar psicológico, a criança que passa por ausência da presença parental pode buscar no alimento suprir seus vazios de afeto, carinho e amor. Consumindo por impulso, compulsivamente e de forma equívoca. Também agindo de forma manipuladora para obter “gratificações” como forma de compensação da negligência parental (RODEIRO et al., 2022).

Em geral, os estudos revisados demonstram nitidamente que os fatores socioeconômicos como moradia, renda, nível de escolaridade dos pais e comportamento de consumo de alimentos inadequados, além do comportamento sedentário incidem diretamente no quadro clínico de sobrepeso e obesidade infantil.

Pela percepção dada por Souza et al. (2021) acerca do crescimento potencializado dos quadros clínicos da obesidade infantil à nível nacional, o cenário exige intervenção em caráter emergencial. Principalmente quando constatado que as influências socioeconômicas e relacionais são altos riscos para a continuidade destes indicadores estatísticos, mas, sobretudo, para a transição da disfunção nutricional para a vida adulta das crianças que já são acometidas pela doença.

Os pais são os principais influentes para as crianças, visto que é no ambiente intrafamiliar que são constituídos os primeiros valores, hábitos e culturas dos indivíduos. Assim, pais que apresentam comportamentos negligentes ou disfuncionais podem influenciar negativamente a alimentação nutritiva de seus filhos. Fato qual é reportado em todos os estudos aqui apresentados.

De acordo com Godinho et al. (2019) é preciso que pais, unidos às iniciativas públicas, atuem conscientemente sob a alimentação de seus filhos. Desconectando-se um pouco dos excessos eletrônicos e da busca por facilidades, visando dar maior atenção e, não somente, atenção de qualidade para que as crianças consigam desenvolverem-se de forma plena, saudável e qualitativa. Neste sentido, os pais possuem dever para com seus filhos, responsabilizados por produzir no ambiente familiar um espaço de comunicação, respeito, coletividade e saúde.

Noutro ponto, tanto o Estado quanto o instituto família possuem responsabilidades com as crianças. Estas estão previstas na Constituição Federal de 1988 e também no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que salvaguardam o direito à saúde as crianças, tornando-se assim a nutrição uma dimensão de fundamental importância para garantir o desenvolvimento psicomotor e cognitivo desde os anos iniciais. Em caso de desconhecimento acerca dos aspectos nutricionais relacionados a alimentação, os pais podem buscar no atendimento estatal, por meio dos órgãos públicos, o amparo necessário para melhor dimensionar suas atitudes defronte a alimentação (FARIA; COUTINHO; KANDLER, 2020).

Por fim, ao saber que o sobrepeso e a obesidade infantil são problemas de ordem pública e a perspectiva é de que até o ano de 2030 o número de crianças obesas no Brasil duplique (RODEIRO et al., 2022), é imprescindível que profissionais nutricionistas, entidades governamentais e pais tomem conhecimento desta patologia e dos riscos agravantes associados à ela, visando prevenir, controlar e transformar o quadro clínico das crianças.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo objetivou analisar bibliografias que referenciem a obesidade e o sobrepeso infantil em relação aos aspectos socioeconômicos e relações familiares.

Os resultados demonstram que o nível de escolaridade dos pais, o aumento da renda, a dificuldade de disponibilidade de tempo, moradias com mais cômodos, o comportamento de consumo refletido dos pais para com os filhos, o desconhecimento, a percepção distorcida e as relações familiares disfuncionais são influentes para desenvolvimento da obesidade infantil.

Indivíduos tendem a buscar por alimentos com altos teores de gorduras, óleos, açúcares e sal, negligenciarem atenção a nutrição e a viverem introspectivos. Desconhecem os reais efeitos que a obesidade infantil traz para a vida adulta, contribuindo para o desenvolvimento de doenças psicopatológicas e isolamento social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, B. B.; PINTO, M. S.; MEIRELES, A. V. P. Percepção de cuidadores de crianças obesas acerca da obesidade infantil. *SANARE*, Sobral, v.17, n.2, p.49-55, julho/dezembro 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Acompanhadas pelo SUS, mais de 340 mil crianças brasileiras entre 5 e 10 anos possuem obesidade**, [20 de setembro de 2022]. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/setembro/acompanhadas-pelo-sus-mais-de-340-mil-criancas-brasileiras-entre-5-e-10-anos-possuem-obesidade>>. Acesso em: 20

de setembro de 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS nº 1.862, de 10 de agosto de 2021.** Estratégia de Prevenção e Atenção à Obesidade Infantil (PROTEJA). Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2021. 41p.

CASTRO, M. A. V. et al. Educação alimentar e nutricional no combate à obesidade infantil: visões do Brasil e do mundo. **Revista da Associação Brasileira de Nutrição**, v.12, n.2, p.167-183, 2021.

COSTA, K. S. et al. Avanços e desafios da assistência farmacêutica na atenção primária no Sistema Único de Saúde. **Revista de Saúde Pública**, v.51, n.3, p.1-5, 2017.

CRUZ, G. G. da. Obesidade infantil e a influência dos fatores alimentares e sociodemográficos na infância: uma revisão bibliográfica. **Revista Saúde Multidisciplinar**, 6.ed., v.2, 2019.

ESKENAZI, E. M. de S. et al. Fatores Socioeconômicos Associados à Obesidade Infantil em Escolares do Município de Carapicuíba (SP, Brasil). **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, v.22, n.3, p.247-254, 2018.

FARIA, E. P. de; KANDLER, I.; COUTINHO, F. G. Obesidade infantil no âmbito da Atenção Primária. **Revista Inova Saúde**, Criciúma, v.10, n.2, julho de 2020.

GODINHO, A. S. et al. Principais fatores relacionados ao sobrepeso e obesidade infantil. **Revista Eletrônica Nacional de Educação Física**, v.9, n.13, p.27-40, 2019.

LIRA, A. K. de; SOUZA, D. C. C. de; CINTRA, V. M. Determinantes da obesidade infantil: um problema de saúde pública. **Revista Temas em Saúde**, João Pessoa-PB, v.20, n.1, p.77-94, 2020.

MENDES, J. de O. H.; BASTOS, R. de C.; MORAES, P. M. Características psicológicas e relações familiares na obesidade infantil: uma revisão sistemática. **Revista da SBPH**, São Paulo, v.22, n.2, julho/dezembro 2019.

RODEIRO, T. C. X. et al. A gravidade da obesidade na infância e o papel dos pais na influência nutricional dos seus filhos. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v.15, n.4, p.1-7, 2022.

SILVA, W. G. et al. Estratégias de educação nutricional na prevenção e controle da obesidade infantil. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v.50, 2020. e3376.

SOUZA, B. S. et al. Alimentação complementar e obesidade infantil. **Revista Multidisciplinar da Saúde**, v.3, n.2, p.1-15, 2021.

SOUZA, R.; ANDRADE, A. Ansiedade na obesidade infantil: possibilidades de tratamento com a terapia cognitivo comportamental. **Cadernos de Psicologia**, v.3, n.5, p.1-23, 2022.